

Brasil

paga a Londres e Roma

por Celso Pinto
de Londres

Somente nesta terça-feira o Banco Central (BC) finalmente pagou o que estava devendo de atrasados em créditos oficiais à Inglaterra e à Itália, num total em torno de US\$ 95 milhões, pelo que apurou este jornal.

O Brasil começou a atrasar os pagamentos devidos em créditos oficiais, no âmbito do Clube de Paris, desde a centralização cambial decretada no final de junho. Com isso, um pagamento de cerca de US\$ 820 milhões deixou de ser feito ao Clube de Paris no mês passado.

O BC atribuiu o atraso a problemas operacionais internos surgidos com a centralização cambial e não a uma moratória intencional. De fato, uma fonte familiarizada com o problema confirmou a este jornal que a equipe da Área Externa do BC enfrentou complicações operacionais para adaptar todo o sistema de pagamentos à nova sistemática.

Para tentar indicar alguma boa vontade, o BC liberou uma quantia simbólica de pagamentos de juros a credores oficiais num prazo relativamente curto. O grosso dos juros devidos, contudo, continuou retido, apesar de indicações em contrário vindas de Brasília.

No caso do ECGD, a agência oficial de créditos britânica, e da Sace, órgão semelhante da Itália, os juros atrasados só foram efetivamente recebidos há dois dias. Supõe-se que a situação de outros credores oficiais seja semelhante.

A suspensão de pagamentos ao Clube de Paris criou um inevitável mal-estar. O ECGD, por exemplo, trocou mensagens com o BC, reclamando os pagamentos devidos e pedindo explicações. A liquidação dos atrasados deverá ajudar a melhorar as relações e a empurrar alguns negócios que vinham sendo discutidos antes da suspensão dos pagamentos e que agora poderão ser retomados.

ACERTO EXTERNO

Brasil

por Celso Pinto
de Londres

(Continuação da 1ª página)

"Atrasar pagamentos aos credores oficiais é um equívoco, porque se houver alguma perspectiva de algum dinheiro novo ao Brasil virá daí, não dos bancos privados", argumenta uma fonte. Teoricamente, desde que o Brasil assinou o acordo com os bancos credores, no ano passado, os governos declararam reabertas suas linhas de crédito oficiais ao Brasil. Na prática, no entanto, muito poucas operações têm sido feitas e apenas com alguns países.

A própria ECGD britânica é um exemplo: o acordo geral com o Clube de Paris foi fechado no ano passado, mas o acordo bilateral, que fixa as taxas de juros no caso de cada país credor, só foi concluído no caso da Inglaterra, pouco antes da centralização do câmbio, adiando qualquer definição concreta de negócios.

Até mesmo no esquema de seguros oferecido pelo ECGD para empresas britânicas que investem no exterior, e que cobre hipóteses de expropriação, restrições nas remessas e guerra, a participação do Brasil tem sido bastante acanhada. A ECGD enviou ao Parlamento, há três semanas, no dia 27 de julho, o balanço deste tipo de atividades de seguro no ano fiscal 1988/89 encerrado no último dia 31 de março.

No total, foram feitos 112 acordos envolvendo 80 projetos, para investimentos no valor de 105 milhões de libras esterlinas (US\$ 168 milhões) localizados em 34

países. Tanto a Nigéria, com 18,3 milhões de libras, quanto a Indonésia, com 16,2 milhões, foram mais importantes do que o Brasil, com 8,8 milhões de libras (US\$ 14 milhões).

A Itália está, teoricamente, aberta à perspectiva de fazer um amplo acordo com o Brasil, envolvendo até US\$ 1,5 bilhão em créditos oficiais. Na prática, os italianos estão esperando a definição do panorama sucessório. Obviamente, do ponto de vista político, é mais sensato e eficaz para o governo italiano fechar um acordo amplo envolvendo créditos oficiais com uma administração brasileira que esteja começando do que com um governo virtualmente acabado.

A Alemanha está com as torneiras fechadas por outra razão. Os alemães só aceitam financiar operações até 360 dias e as regras brasileiras colidem com este prazo. Na prática, portanto, o dinheiro alemão não está disponível.

Um dos poucos casos de país que está, de fato, operando créditos oficiais com o Brasil é a Espanha. Obviamente, contudo, trata-se de volume pequeno de recursos.

O fato de o Brasil ter, finalmente, colocado em dia

os atrasados com o Clube de Paris reforça, de todo modo, a idéia de que os atrasos, daqui para a frente, deverão concentrar-se nos juros devidos aos bancos privados. Vários pagamentos de juros relativos a empréstimos a vencer estão sendo atrasados há vários meses. No caso dos

empréstimos vencidos, há uma concentração de pagamentos de US\$ 2,3 bilhões no próximo mês e a expectativa dominante no mercado financeiro é de que eles não serão pagos, apesar da sensível elevação observada no nível das reservas cambiais desde a centralização do câmbio.